

Stéphane Hessel

INDIGNAI-VOS!

Tradução: Marly Peres

Reprodução eletrônica:

Mensanapress

Artesanato gráfico e editorial

2011



Paulo Klee, *Angelus Novus*, 1920. Aquarela, 31,8 x 24,2 cm, Museu de Israel, Jerusalém.

Neste texto, Stéphane Hessel se refere à obra de Klee e ao comentário que sobre ela deixou o filósofo alemão Walter Benjamin, em suas *Teses sobre a filosofia da história*, escritas em 1940 sob o choque do pacto germano-soviético. Walter Benjamin foi seu primeiro proprietário. Ele via na obra um anjo repelente, “a tempestade que chamamos de progresso”.

Apresentação

Sylvie Crossman

Que sorte a nossa, poder alimentar-nos da experiência deste grande resistente, que sobreviveu aos campos de concentração de Buchenwald e de Dora, que participou da redação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, foi embaixador da França e agraciado com a Legião de Honra!

Para Stéphane Hessel, o “motivo básico da resistência foi a indignação”. É verdade que, no mundo complexo de hoje, as razões para se indignar podem parecer menos claras e nítidas do que nos tempos do nazismo. Mas, “procurem e encontrarão”: a distância crescente entre ricos e pobres, o estado do planeta, o tratamento dispensado aos imigrantes ilegais e aos ciganos, a corrida para ter cada vez mais, a competição, a ditadura dos mercados financeiros, a ameaça às conquistas alcançadas pela resistência, de aposentadoria, de seguridade social. . . Para ser eficaz, é preciso que essa luta aconteça como no passado, em rede, como ação conjunta. Prova disto são as organizações, como Attac, Amnesty ou a DIDH, dentre outras.

Por isso, podemos, sim, dar crédito a Stéphane Hessel e acompanhá-lo nessa caminhada, à qual ele conclama, de uma “insurreição pacífica”.

Por um deus indignado

José Castello

Esperar - em vez de não “ex-asperar” - propõe o embaixador e escritor alemão Stéphane Hessel em “Indignai-vos”, breve, mas arrebatador ensaio a respeito do mundo contemporâneo. Esperar (em vez de exasperar-se) não sentado, ou indiferente, mas agarrado à potência transformadora da esperança. “Olhem à sua volta e vocês encontrarão os temas que justificam a sua indignação”, Hessel sugere. A exasperação inclui a fúria e a cólera; ela resulta, hoje em dia, no terrorismo. Já a indignação conduz à luta persistente e ao trabalho; ela cimenta a esperança, lhe dá corpo.

Nascido em 1917, o diplomata e embaixador Stéphane Hessel, aos 96 anos, conserva e cultiva o espírito rebelde de juventude. Continua a ser um homem que aposta quase tudo na indignação, já que, segundo ele nos diz, “só a indignação leva à esperança”. A edição francesa de “Indignai-vos” já vendeu mais de 1,5 milhão de exemplares. O livro está traduzido em quase uma dúzia de países. Suas palavras se alastram - ecoam com força em nossos corações vazios.

Hessel, que foi um dos redatores da “Declaração Universal dos Direitos Humanos”, de 1948, mantém-se, ainda hoje, absolutamente fiel aos princípios do documento que ajudou a escrever. A indignação, ele diz, é um sentimento universal. Sentimento sem um objeto fixo ou uma posição política determinada. “O importante é que cada um tenha seu motivo de indignação”, afirma. A proximi-

dade inevitável da morte não o afasta do culto à militância, que considera o teatro por excelência da indignação. Lembra: “Quando alguma coisa nos indigna, como fiquei indignado com o nazismo, nos transformamos em militantes; fortes e engajados, nos unimos à corrente da história”.

O inimigo principal de Hessel, hoje, como desde sempre, tem um nome: a indiferença - aquilo que o poeta brasileiro Vinicius de Moraes, em sua célebre “Carta aos Mornos”, chamou de “mornidão”. Nos anos 1940, na França, resistir à ocupação nazista era abandonar a indiferença para engajar-se na busca de uma nova atitude de uma diferença. É verdade: o mundo tinha um inimigo enorme e monstruoso e era menos difícil perder o caminho. “Resistir, para nós, era não aceitar a ocupação alemã, não aceitar a derrota. Era relativamente simples.” Durante os anos de chumbo da ditadura militar, vivemos, no Brasil, uma experiência semelhante: o inimigo, o totalitarismo, era visível, estava por todos os lados. Não havia muito do que duvidar, era lutar ou não lutar.

Inimigos poderosos despertam, com mais clareza e emoção, aquilo que o filósofo Jean-Paul Sartre chamou de “vontade de engajamento”. Quando era apenas um jovem normalista, Hessel se deixou impregnar pelas leituras de “A Náusea” e “O Muro”, que considera os dois livros mais importantes do filósofo francês. “Sartre nos ensinou a dizer a nós mesmos: vocês são responsáveis enquanto indivíduos.” A indignação, é verdade, costuma estar atrelada a um atroz sentimento de solidão, já que ela é, segundo Hessel, “a responsabilidade do indivíduo que não pode confiar em um poder ou em um deus”.

Preferiu Hessel apegar-se, ainda assim, à ideia de

“um deus indignado”, um deus que se opõe ativamente à figura do anjo do mal. Ela se expressa com vigor, segundo o filósofo Walter Benjamin - de quem Hessel foi um grande amigo -, em uma tela magnífica como o “Angelus Novus”, de Paul Klee. No quadro de Klee, um anjo abre os braços para conter o progresso e a transformação - luta para bloquear a indignação e pregar a indiferença. Benjamin via na tela “um anjo repelente”, uma imagem do combate à “tempestade que chamamos de progresso”.

O filósofo Walter Benjamin, que cometeu suicídio em setembro de 1940, afora sua obra monumental, teve menos forças que Hessel, um homem que ainda hoje, 71 anos depois, continua na batalha. Benjamin, avalia Hessel, matou-se para fugir da “progressão irresistível de catástrofe em catástrofe”. Mas na luta contra a catástrofe, pensa ainda hoje, só a indignação salva.

No mundo contemporâneo, turvo e complexo, os motivos para a indignação parecem cada vez menos palpáveis. Senão invisíveis. Muitas vezes, nós (por indiferença) os reduzimos a visões fantasmagóricas, delírios de perseguição, paranoias. Escreve Hessel: “É verdade, os motivos para se indignar atualmente podem parecer menos nítidos ou o mundo pode parecer complexo demais. Quem comanda? Quem decide? Nem sempre é fácil distinguir”. Em um mundo onde os inimigos se mascaram, a indignação toma, muitas vezes, a aparência de uma loucura juvenil. Um espernear sem motivo, um sentimento que nos transforma em Quixotes a enfrentar moinhos de ventos.

Adverte Hessel, ao contrário: o inimigo pode estar invisível, dissolvido na grande borra da realidade tec-

nológica - rede mundial de computadores, redes de TV dedicadas à informação instantânea (nas quais o inimigo, como um diabo traiçoeiro, a cada minuto muda de face), cotidiano, veloz e sem pausas. “Não lidamos mais com uma pequena elite cujas ações entendemos claramente.” Nem por isso, Hessel argumenta, os motivos para a indignação desapareceram. O século XXI tem uma aparência sombria e disforme, a globalização reduziu o planeta a uma sala, mas, diz Hessel, em nosso mundo continuam a existir coisas insuportáveis. Alerta: “Para vê-las, é preciso olhar bastante, procurar. Digo aos jovens: procurem um pouco, vocês vão encontrar. A pior das atitudes é a indiferença”.

Infelizmente, ele lamenta, muitos jovens, cada vez mais, preferem dopar-se, entregar-se ao tédio, não pensar. A vida individual, com suas inevitáveis exigências, lhes serve de bom argumento. Os jovens dizem: “Não posso fazer nada, estou me virando”. Diante disso, em vez de enfurecer-se, em vez de exasperar-se, Stéphane Hessel, firme em sua vida de nonagenário, prefere esperar. Esperar não por indolência ou por preguiça, mas para pensar, procurar e chegar a ver. Em uma palavra: para indignar-se.

Reportagem de José Castello, publicada pelo jornal Valor Econômico, em 10-08-2011.

Indignai-vos!

Stéphane Hessel

Noventa e três anos. Pode-se falar em etapa final. O fim não está longe. Que sorte poder aproveitar para lembrar o que serviu de base ao meu engajamento político: os anos de resistência e o programa elaborado há 66 anos pelo Conselho Nacional da Resistência! Devemos a Jean Moulin, no âmbito desse Conselho, a reunião de todos os componentes da França ocupada, os movimentos, os partidos, os sindicatos, para proclamarem sua adesão à França combatente e ao único chefe que ela reconhecia: o general De Gaulle. De Londres, onde me juntara a De Gaulle em março de 1941, soube que esse Conselho havia organizado um programa e que o tinha adotado em 15 de março de 1944, propondo para a França libertada um conjunto de princípios e de valores sobre os quais se apoiaria a moderna democracia de nosso país. (1)

Mais do que nunca, hoje temos necessidade desses princípios e valores. Precisamos nos manter vigilantes, todos juntos, para que esta continue sendo uma sociedade da qual nos orgulhemos; não a sociedade dos imigrantes sem documento, das expulsões, das suspeitas aos imigrantes; não a sociedade na qual sejam questionadas as aposentadorias, os direitos adquiridos da Previdência Social; não a sociedade na qual a mídia está nas mãos dos ricos - todas essas coisas que teríamos recusado avaliar se fôssemos os verdadeiros herdeiros do Conselho Nacional da Resistência.

Após um drama cruel, em 1945 houve uma ressurreição ambiciosa a que se dedicaram as forças presentes no seio do Conselho da Resistência. Vale lembrar que naquela ocasião foi criada a Seguridade Social, como queria a Resistência, que estipulara expressamente em seu programa: “Um plano completo de Seguridade Social, visando a assegurar meios de existência a todos os cidadãos, em todos os casos em que eles não tenham capacidade de conseguí-las pelo trabalho”; “uma aposentadoria que permita aos trabalhadores idosos encerrarem dignamente seus dias”. As fontes de energia, a eletricidade e o gás, as minas de carvão, os grandes bancos foram nacionalizados. Era o que esse programa também preconizava, “o retorno à nação dos meios de produção monopolizados, fruto do trabalho comum, das fontes de energia, das riquezas do subsolo, das companhias de seguro e dos grandes bancos”; “a instauração de uma verdadeira democracia econômica e social, implicando a evicção dos grandes feudos econômicos e financeiros que comandam a economia”. O interesse geral deve sobrepujar o particular, a justa divisão das riquezas criadas pelo mundo do trabalho deve primar sobre o poder do dinheiro. A Resistência propunha “uma organização racional da economia, assegurando a subordinação dos interesses particulares ao interesse geral, liberado da ditadura profissional instaurada à imagem dos Estados fascistas”, e o Governo provisório da República assegurava a continuidade.

Uma verdadeira democracia tem necessidade de uma imprensa independente; a Resistência sabia disso, e assim o exigia, defendendo “a liberdade de imprensa, sua honra e sua independência com relação ao Estado, aos poderes do dinheiro e às influências estrangeiras”. Era isto

o que repetiam os decretos sobre a imprensa, já em 1944. Ora, é isto que hoje está em perigo.

A Resistência apelava para “a possibilidade efetiva, para todas as crianças francesas, de se beneficiarem da educação mais desenvolvida”, sem discriminação; ora, as reformas propostas em 2008 vão contra esse projeto. Jovens docentes, cuja ação eu apoio, chegaram a se recusar a aplicá-las, e viram seus salários reduzidos a título de punição. Eles se indignaram, “desobedeceram”, julgaram essas reformas muito afastadas do ideal da escola pública, muito a serviço de uma sociedade do dinheiro, e que não mais desenvolve suficientemente o espírito criativo e crítico.

É toda a base das conquistas sociais da Resistência que está sendo agora contestada. (2)

O MOTIVO DA RESISTÊNCIA É A INDIGNAÇÃO

Hoje em dia, ousam dizer-nos que o Estado não pode mais garantir o custo dessas medidas cidadãos. Mas, como é possível que falte dinheiro para manter e prolongar as conquistas quando a produção de riquezas aumentou consideravelmente, desde a Libertação, período em que a Europa estava arruinada? Só se for porque o poder do dinheiro, combatido pela Resistência, nunca foi tão grande, insolente e egoísta para com seus próprios servidores, até mesmo nas mais altas esferas do Estado. Os bancos, doravante privatizados, mostram-se antes de tudo preocupados com seus dividendos e com os altíssimos salários dos seus dirigentes, não com o interesse geral. A distância entre os mais pobres e os mais ricos nunca foi tão grande, a competição nunca foi tão incentivada.

O razão básica de ser da Resistência era a indignação. Nós, veteranos dos movimentos de resistência e das forças combatentes da França Livre, apelamos às jovens gerações para manter viva a indignação, transmitir essa herança da Resistência e dos seus ideais. Estamos dizendo: assegurem a continuidade, indignem-se! Os responsáveis políticos, econômicos, intelectuais e a sociedade toda não devem se omitir nem se deixar impressionar pela atual ditadura internacional dos mercados financeiros, que ameaça a paz e a democracia.

Eu desejo a todos, a cada um de vocês, que tenham seu motivo de indignação. Isto é precioso. Quando alguma coisa nos indigna, como fiquei indignado com o nazismo,

nos transformamos em militantes; fortes e engajados, nos unimos à corrente da história, e a grande corrente da história prossegue graças a cada um de nós. Essa corrente vai em direção de mais justiça, de mais liberdade, mas não da liberdade descontrolada da raposa no galinheiro. Esses direitos, cujo programa a *Declaração Uníversal* redigiu em 1948, são universais. Se você encontrar alguém que não é beneficiado por eles, compadeça-se, ajude-o a conquistá-los.

DUAS VISÕES DA HISTÓRIA

Quando tento entender o que provocou o fascismo, o que fez com que nós franceses fôssemos invadidos por ele e por Vichy, digo a mim mesmo que as pessoas que tinham posses, em razão de seu egoísmo, sentiram um medo terrível da revolução bolchevique. Elas se deixaram guiar por seus temores. Mas, se hoje, como naquela época, uma minoria ativa se levantar, isso será suficiente; teremos aí a levedura para que a massa cresça. Com certeza, a experiência de alguém muito idoso como eu, nascido em 1917, se diferencia da dos jovens de hoje. Muitas vezes peço a professores [do ensino fundamental] que me deem a possibilidade de intervir junto aos seus alunos, e lhes digo: vocês não têm as mesmas razões evidentes para se engajar. Resistir, para nós, era não aceitar a ocupação alemã, não aceitar a derrota. Era relativamente simples. Simples como o que se seguiu, a descolonização. Em seguida, veio a guerra da Argélia. Era necessário que a Argélia se tornasse independente, isso era óbvio. Quanto a Stalin, todos aplaudimos a vitória do Exército Vermelho sobre os nazistas em 1943. Mas, já quando tivemos conhecimento dos grandes processos stalinistas de 1935, e mesmo se achássemos que era preciso manter o ouvido aberto às mensagens do comunismo, ao menos para contrabalançar a influência do capitalismo norte-americano, a necessidade de nos opormos a essa forma insuportável de totalitarismo se impôs como uma evidência. Minha longa vida deu-me uma sucessão de motivos para me indignar.

Esses motivos nasceram menos de uma emoção do que de uma vontade de engajamento. O jovem

normalista que eu era foi muito marcado por Sartre, um discípulo mais velho. A náusea e O muro, não O ser e o nada, foram muito importantes na formação de meu pensamento. Sartre nos ensinou a dizer a nós mesmos: “Vocês são responsáveis enquanto indivíduos”. Era uma mensagem libertária. A responsabilidade do indivíduo que não pode confiar em um poder nem em um deus. Pelo contrário, é necessário engajar-se em nome de sua responsabilidade como pessoa humana. Em 1939, quando entrei para a Escola Normal da Rua de Ulm, em Paris, entrei como fervoroso discípulo do filósofo Hegel, e me inscrevi no seminário dado por Maurice Merleau-Ponty. Seus ensinamentos exploravam a experiência concreta, a do corpo e de suas relações com os sentidos, grande singular diante do plural dos sentidos. Mas meu otimismo natural, que quer que tudo o que seja desejável seja possível, me levava mais para o lado de Hegel. O hegelianismo interpreta a longa história da humanidade como tendo um sentido: é a liberdade do homem progredindo etapa por etapa. A história é feita de choques sucessivos, levam-se em conta os desafios. Segundo ele, a história das sociedades progride e, no fim, depois de atingir sua liberdade completa, o ser humano tem no Estado democrático sua forma ideal.

É claro que existe uma outra concepção da história. Os progressos feitos pela liberdade, a competição, a corrida para ter “sempre mais”; isso pode ser vivido como um furacão destruidor. É assim que um amigo de meu pai a apresentava, o homem que dividiu com ele a tarefa de traduzir para o alemão Em busca do tempo perdido, de Marcel Proust. Esse amigo era ninguém menos que o filósofo alemão Walter Benjamin. Ele havia tirado uma mensagem pessimista de um quadro do pintor suíço Paul Klee, o An-

gelus Novus, no qual a figura do anjo abre os braços como que para conter e afastar uma tempestade, que Benjamin identificou com o progresso. Para ele, que se suicidou em setembro de 1940 para fugir do nazismo, era a progressão irresistível de catástrofe em catástrofe.

INDIFERENÇA: A PIOR DAS ATITUDES

É verdade, os motivos para se indignar atualmente podem parecer menos nítidos, ou o mundo pode parecer complexo demais. Quem comanda, quem decide? Nem sempre é fácil distinguir entre todas as correntes que nos governam. Não lidamos mais com uma pequena elite cujas ações entendemos claramente. É um vasto mundo, no qual sentimos bem em que medida é interdependente. Vivemos em uma interconectividade que nunca existiu antes. Mas nesse mundo há coisas insuportáveis. Para vê-las é preciso olhar bastante, procurar. Digo aos jovens: procurem um pouco, vocês vão encontrar. A pior das atitudes é a indiferença, é dizer “não posso fazer nada, estou me virando”. Quando assim se comportam, vocês estão perdendo um dos componentes indispensáveis: a capacidade de se indignar e o engajamento, que é consequência desta capacidade. Hoje, podemos identificar dois grandes novos desafios:

1. A imensa distância entre os muito pobres e os ,muito ricos, distância que não para de crescer. Esta é uma novidade dos séculos XX e XXI. Os muito pobres, no mundo de hoje, ganham meros dois dólares por dia. Não podemos deixar a distância aumentar ainda mais. Só esta constatação já deve motivar um engajamento.

2. Os direitos humanos e o estado do planeta. Tive a sorte, após a Libertação, de me engajar no grupo que redigiu a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, adotada pela Organização das Nações Unidas em 10 de dezem-

bro de 1948, em Paris, no Palais Chaillot. Na condição de chefe de gabinete de Henri Laugier, secretário-adjunto da ONU e secretário da Comissão de Direitos Humanos, fui, com outros, chamado a participar da redação deste documento. Eu não poderia esquecer, em sua elaboração, o papel de René Cassin, comissário nacional para a Justiça e a Educação do governo da França Livre, em Londres, em 1941 - ele seria Prêmio Nobel da Paz em 1968. Nem do de Pierre Mendès-France no seio do Conselho Econômico e Social, a quem submetíamos os textos elaborados antes que fossem examinados pela Terceira Comissão da Assembleia Geral, encarregada das questões sociais, humanitárias e culturais. Essa comissão contava, na época, com os 54 Estados membros das Nações Unidas, e eu era seu secretário. Deve-se a René Cassin o termo direitos “universais”, e não “internacionais”, como foi proposto por nossos amigos anglo-saxões. Pois aí estava o objetivo, ao sair da Segunda Guerra Mundial: emancipar-se das ameaças que o totalitarismo fazia pesar sobre a humanidade. Para nos emanciparmos, precisávamos conseguir que os Estados membros da ONU se comprometessem a respeitar esses direitos universais. Era uma forma de levar ao aborto o argumento de plena soberania que um Estado pode fazer prevalecer enquanto comete crimes contra a humanidade em seu próprio solo. Foi o caso de Hitler, que se julgava dono em sua casa e autorizado a provocar um genocídio. Esta declaração universal deve muito à revulsão universal relativa ao nazismo, ao fascismo, ao totalitarismo e, mesmo, por nossa presença, ao espírito da Resistência.

Eu sentia que precisávamos nos apressar, não nos deixar iludir pela hipocrisia existente na adesão proclamada a esses valores pelos que tinham vencido, nem todos

com a intenção de lealmente promovê-los, mas tentávamos impor-lhes isso. (3)

Não resisto ao impulso de citar os artigos 15 da Declaração Universal dos Direitos Humanos: “Toda pessoa tem direito a uma nacionalidade”; e o 22: “Toda pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade”. E, se esta declaração tem um alcance declaratório e não jurídico, nada a impediu de ter um papel poderoso a partir de 1948; os povos colonizados a utilizaram em sua luta pela independência; ela germinou nos espíritos, em seu combate pela liberdade.

É com prazer que constato que ao longo das últimas décadas se multiplicaram as organizações não governamentais, os movimentos sociais, como a Attac (Associação para a Taxação das Transações Financeiras), a FIDH (Federação Internacional dos Direitos do Homem), e a Amnesty, que são atuantes e apresentam resultados notáveis. É evidente que, para ser eficiente hoje, é necessário atuar em rede, aproveitar todos os meios de comunicação modernos.

Aos jovens eu digo: olhem à sua volta e vocês encontrarão os temas que justificam a sua indignação - o tratamento dado aos imigrantes, aos sem documentos, aos ciganos. Vocês encontrarão situações concretas que os levarão a praticar ações cidadãs fortes. Procurem, e encontrarão!

MINHA INDIGNAÇÃO

A RESPEITO DA PALESTINA

Hoje, minha principal indignação diz respeito à Palestina, à Faixa de Gaza, à Cisjordânia. A fonte da minha indignação é o clamor à diáspora lançado por israelenses inflamados: vocês, nossos primogênitos, venham ver aonde nossos dirigentes levaram nosso país, esquecendo os valores humanos fundamentais do judaísmo. Eu lá estive em 2002, e cinco outras vezes, até 2009. Todos devem imperiosamente ler o relatório sobre Gaza de Richard Goldstone, de setembro de 2009, no qual esse juiz sul-africano, judeu, que até se diz sionista, acusa o Exército israelense de ter cometido “atos comparáveis a crimes de guerra e, em certas circunstâncias, a crimes contra a humanidade” no decorrer da operação “Chumbo Fundido”, que durou três semanas. Em 2009, eu e minha esposa retornamos a Gaza - onde só pudemos entrar graças aos nossos passaportes diplomáticos - com o objetivo de estudar ao vivo o que esse relatório dizia. As pessoas que nos acompanhavam não foram autorizadas a entrar na Faixa de Gaza. Nem na Cisjordânia. Nós também visitamos os campos de refugiados palestinos instalados desde 1948 pela agência das Nações Unidas, a UNRWA, nos quais mais de 3 milhões de palestinos; escorraçados de suas terras por Israel, esperam um retorno cada vez mais problemático. Quanto a Gaza, é uma prisão a céu aberto para 1 milhão e meio de palestinos. Uma prisão em que eles se organizam para sobreviver. Mais ainda do que as destruições materiais, como a do hospital do Crescente

Vermelho pela operação “Chumbo Fundido”, é o comportamento dos habitantes de Gaza, seu patriotismo, seu amor pelo mar e pelas praias, sua constante preocupação pelo bem-estar de suas crianças, inúmeras e risonhas, que assombra nossa memória. Ficamos impressionados com a forma engenhosa de afrontarem todas as penúrias que lhes são impostas. Nós os vimos fabricando tijolos, por falta de cimento, para reconstruir milhares de casas destruídas pelos tanques israelenses. Eles nos confirmaram que na malfadada operação “Chumbo Fundido” houve 1.400 mortes de mulheres, crianças e idosos, também no interior do campo palestino - contra somente 50 feridos do lado israelense. Concordo com as conclusões do juiz sul-africano: que judeus possam perpetrar, eles mesmos, crimes de guerra, é insuportável. Infelizmente, a história nos dá poucos exemplos de povos que tiraram lições de sua própria história.

Eu sei. O Hamas, que venceu as últimas eleições legislativas (2005), não conseguiu evitar que mísseis fossem disparados contra cidades israelenses, em resposta à situação de isolamento na qual se encontram os habitantes de Gaza. Evidentemente, acredito que o terrorismo é inaceitável, mas há que se reconhecer que, quando estamos sob ocupação, diante de meios militares infinitamente superiores aos nossos, a reação popular não pode ser *so-*
mente não violenta.

Terá adiantado alguma coisa o Hamas disparar mísseis contra a cidade de Sderot? A resposta é “não”. Não ajudou a sua causa, mas esse gesto pode ser explicado pela exasperação dos habitantes de Gaza. No conceito de exasperação, devemos entender a violência como uma lamen-

tável conclusão de situações inaceitáveis para quem as sofrem. Por isso, podemos dizer que o terrorismo é um tipo de exasperação. E que esta exasperação é um termo negativo. Não se deveria *ex-asperar*, mas sim *es-perar*. A exasperação é uma negação da esperança. É compreensível, eu diria que é quase natural, mas nem por isso aceitável. Porque ela não permite obter os resultados que eventualmente podem ser produzidos pela esperança.

A NÃO VIOLÊNCIA, CAMINHO QUE DEVEMOS APRENDER A TRILHAR

Estou convencido de que o futuro pertence à não violência, à conciliação das diferentes culturas. É por esta via que a humanidade deverá superar a próxima etapa. E aí eu me junto a Sartre: não podemos desculpar os terroristas que jogam bombas, mas podemos entendê-los. Sartre escreveu, em 1947: “Eu reconheço que a violência, sob qualquer forma que se manifeste, é um fracasso. Mas um fracasso inevitável, porque esta mos em um universo de violência. E, se é verdade que o recurso à violência contra a violência se arrisca a perpetuá-la, também é verdade que é o único meio de fazer com que ela cesse”. (4)

A isto acrescentarei que a não violência é um meio mais seguro de fazer a violência cessar. Não podemos apoiar os terroristas como Sartre fez, em nome deste princípio, durante a guerra da Argélia, ou por ocasião do atentado nos Jogos de Munique, em 1972, cometido contra atletas israelenses. Não é eficaz, e Sartre acabaria se questionando, no final da vida, sobre o sentido do terrorismo, e duvidando de sua razão de ser. Dizer para si mesmo “a violência não é eficaz” é muito mais importante do que saber se devemos ou não condenar os que a ela se dedicam. O terrorismo não é eficaz. Na noção de eficácia é necessária uma esperança não violenta. Se existe uma esperança violenta, ela está na poesia de Guillaume Apollinaire, “Como a esperança é violenta”, não na política. Em março de 1980, três sema-

nas antes de morrer, Sartre declarou: “Precisamos tentar explicar por que o mundo de hoje, que é horrível, não passa de um momento no longo desenvolvimento histórico; que a esperança sempre foi uma das forças dominantes das revoluções e das insurreições, e como eu ainda tenho na esperança minha concepção de futuro”. (5)

Devemos entender que a violência dá as costas à esperança. Devemos preferir a esperança, a esperança da não violência. Este é o caminho que se deve aprender a trilhar. Tanto do lado dos opressores quanto do dos oprimidos, devemos chegar a uma negociação para fazer a opressão desaparecer; é o que permitirá não haver mais violência terrorista. Eis por que não devemos deixar que ódio demais se acumule.

A mensagem de um Mandela, de um Luther King encontra toda sua pertinência em um mundo que ultrapassou o confronto das ideologias e o totalitarismo conquistador. É uma mensagem de esperança na capacidade das sociedades modernas de ultrapassar os conflitos por meio de uma compreensão mútua e de uma paciência vigilante. Para alcançá-la, devemos nos basear nos direitos, cuja violação, qualquer que seja o autor, sempre há de provocar nossa indignação. Não se pode transigir sobre esses direitos.

POR UMA INSURREIÇÃO PACÍFICA

Observei - e não fui o único - a reação do governo israelense confrontado com o fato de que, a cada sexta-feira, os cidadãos da pequena cidade de Bil'in, na Cisjordânia, vão, sem atirar pedras, sem utilizar a força, até o muro contra o qual protestam. As autoridades israelenses qualificaram essa marcha como "terrorismo não violento". Nada mal... Só mesmo um israelense para qualificar como terrorista a não violência. É preciso principalmente estar perturbado pela eficácia da não violência, que vem do fato de ela suscitar o apoio, a compreensão e a sustentação de todos aqueles que, mundo afora, são adversários da opressão.

O pensamento produtivista, trazido pelo Ocidente, levou o mundo a uma crise da qual devemos sair pela ruptura radical com a fuga para a frente do "sempre mais" na área financeira, mas também na das ciências e das técnicas. É chegado o tempo em que a preocupação com a ética, a justiça, o equilíbrio sustentável deve prevalecer. Porque os mais graves riscos nos ameaçam. Podem pôr um termo à aventura humana num planeta ameaçado de tornar-se inabitável.

Mas é bem verdade que importantes progressos foram feitos desde 1948: a descolonização, o fim do apartheid, a destruição do império soviético, a queda do Muro de Berlim. Em contrapartida, os dez primeiros anos do século XXI foram um período de recuo, de marcha à ré. Esse recuo eu explico - em parte - pela presidência norte-americana de George Bush, pelo 11 de Setembro, com as

consequências desastrosas para os Estados Unidos nas atitudes que tomaram, como a intervenção militar no Iraque. Tivemos a crise econômica, mas nem por isso se iniciou uma nova política de desenvolvimento. Da mesma forma, a cúpula de Copenhague contra o aquecimento climático não resultou numa verdadeira política para a preservação do planeta. Estamos em um patamar entre os horrores da primeira década e as possibilidades das décadas seguintes. Mas devemos ter esperança, devemos ter esperança sempre. A década anterior, desde os primeiros anos 1990, foi fonte de grandes progressos. As Nações Unidas souberam convocar conferências, como a do Rio de Janeiro, sobre o meio ambiente, em 1992, a de Pequim, sobre as mulheres, em 1995; em setembro de 2000, por iniciativa do secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, os 191 países membros adotaram a declaração sobre os “Oito objetivos de desenvolvimento do milênio”, por meio da qual se comprometem, notadamente, a reduzir pela metade a miséria no mundo até 2015. Lamento muito que nem Obama nem a União Europeia se tenham manifestado, até agora, sobre qual deveria ser a sua contribuição para uma fase construtiva, apoiando-se nos valores fundamentais.

Como concluir este apelo à indignação? Lembrando ainda que, por ocasião do sexagésimo aniversário do Programa do Conselho Nacional da Resistência, em 8 de março de 2004, nós, os veteranos dos movimentos da Resistência e das forças combatentes da França Livre (1940-1945), dizíamos que certamente “o nazismo foi vencido graças ao sacrifício de nossos irmãos e irmãs da Resistência e das Nações Unidas, contra a barbárie fascista. Mas essa ameaça não desapareceu totalmente, e nossa cólera contra a injustiça permanece intata”. (6)

Não, essa ameaça não desapareceu totalmente. Por isso, apelamos sempre para “uma verdadeira insurreição pacífica contra os meios de comunicação de massa, que, como horizonte para os nossos jovens, só sabem propor o consumo de massa, o desprezo aos mais fracos e à cultura, a amnésia generalizada e a competição desenfreada de todos contra todos”.

A todos aqueles e aquelas que construirão o século XXI, dizemos com carinho:

*CRIAR É RESISTIR.
RESISTIR É CRIAR.*

NOTAS

Do editor, de comum acordo com o autor.

1 Criado clandestinamente em 27 de maio de 1943, em Paris, pelos representantes dos oito grandes movimentos de Resistência - dois grandes sindicatos do pré-guerra, a CGT e a CFTC (Confederação Francesa dos Trabalhadores Cristãos), e seis principais partidos políticos da Terceira República, entre os quais o PC e a SFIO (os socialistas) -, o Conselho Nacional da Resistência (CNR) reuniu-se pela primeira vez naquele dia sob a presidência de Jean Moulin, delegado do general De Gaulle, que desejava instaurar tal conselho com o objetivo de tornar mais eficiente a luta contra os nazistas e reforçar sua própria legitimidade diante dos aliados. De Gaulle encarregou o Conselho de elaborar um programa de governo prevendo a libertação. O programa foi objeto de várias idas e vindas entre o CNR e o governo da França Livre, tanto em Londres quanto em Argel, antes de ser adotado pelo CNT em assembleia plenária, em 15 de março de 1944. Foi solenemente entregue ao general De Gaulle pelo CNR em 25 de agosto de 1944, na Câmara Municipal de Paris. Note-se que a ordenança na imprensa foi promulgada logo a seguir, em 26 de agosto. E que um dos principais redatores do programa foi Roger Ginsburger, filho de um rabino alsaciano; na ocasião, sob o pseudônimo de Pierre Villon, ele era secretário-geral da Frente Nacional pela Independência da França, movimento de resistência criado pelo Partido Comunista Francês em 1941, e representava esse movimento no seio do CNR e de seu escritório permanente.

2 Segundo uma estimativa sindicalista, nós passamos de 75 a 80% da renda como montante das aposentadorias para aproximadamente 50%, por ordem de grandeza. Em 2010, Jean-Paul Domin, mestre de conferências em Economia da Universidade de Reims Champagne-Ardennes, redigiu, para o Instituto Europeu do Assalariado, uma nota sobre “o seguro-saúde complementar”. Nela, revelava que o acesso a um auxílio complementar de qualidade era doravante um privilégio devido à posição no mercado de trabalho; que os mais fracos abriam mão de cuidados por falta de seguros complementares e pela importância do saldo a ser pago; que a fonte do problema era não mais se fazer do salário o suporte dos direitos sociais - ponto central das leis de 4 e 15 de outubro de 1945. Estas promulgavam a Seguridade Social e colocavam sua gestão sob a dupla autoridade dos representantes dos trabalhadores e do Estado. Após as reformas de Juppé, em 1995, pronunciadas por lei em seguida à Lei Douste-Blazy (médico de formação) de 2004, só o Estado é que administra a Seguridade Social. Por exemplo, é o chefe de Estado que nomeia o diretor-geral da Caixa Nacional de Seguro-Saúde (CNAM, em francês). Não são mais, como após a Libertação, sindicalistas que estão no comando das caixas primárias departamentais, mas o Estado, via prefeitos. Os representantes dos trabalhadores exercem o papel de meros conselheiros.

3. A Declaração Uníversal dos Direitos Humanos foi adotada em 10 de dezembro de 1948, em Paris, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, por 48 Estados dos 58 membros. Oito se abstiveram: a África do Sul, por causa do apartheid que a Declaração condenava de fato; a Arábia Saudita, da mesma forma, por causa da igualdade

entre homens e mulheres; a União Soviética (Rússia, Ucrânia, Bielo-Rússia), a Polônia, a Tchecoslováquia e a Iugoslávia, para as quais a Declaração não ia longe o suficiente na consideração dos direitos econômicos e sociais e na questão dos direitos das minorias; ressaltamos, no entanto, que a Rússia, em particular, se opôs à proposta australiana de criar um Tribunal dos Direitos Humanos, internacional, encarregado de examinar as petições encaminhadas às Nações Unidas; cumpre lembrar que o artigo 8 da Declaração introduz o princípio de recurso individual contra um Estado em caso de violação dos direitos fundamentais: esse princípio seria aplicado na Europa, em 1998, com a criação de um tribunal europeu permanente de direitos humanos, que assegura o direito de recurso a quase 500 milhões de europeus.

4 Sartre, J-P., “Situation de l’écrivain en 1947, in *Situations II*, Paris, Galimard, 1048.

5 Sartre, J-P., “Maintenant l’espoir. . . (III) in *Le Nouvel Observateur*, 24 de março de 1980.

6 Os signatários do *Apelo* de 8 de março de 2004 são: Lucie Aubrac, Raymond Aubrac, Henri Bartoli, Daniel Cordier, Philippe Dechartre, Georges Cuingouin, Stéphane Hessel, Maurice Kriegel-Valrimont, Lise London, Georges Séguy, Cermaine Tillion, Jean-Pierre Vernant e Maurice Voutey. Esse Apelo ecoou com muita força junto às jovens gerações, bem como o discurso improvisado por Stéphane Hessel, em 17 de maio de 2009, no planalto de Clieres, quando do encontro anual “Palavras da Resistência”, convocado por iniciativa da Associação Cidadãos Resistentes de Ontem e de Hoje. Lembrando que o motivo da Resistência havia sido “a indignação”,

Hessel disse: “Encontre seus próprios motivos de indignação, junte-se a esta grande corrente da História!”. Registrada pelo cineasta Cilles Perret para seu filme *Walter, retour en résistance*, a intervenção foi o ponto de partida do texto que compõe este livro. Também é interessante consultar o site da associação: www.citoyens-resistants.fr.

POSFÁCIO DO EDITOR

Stéphane Hessel nasceu em Berlim, em 1917, de pai judeu, tradutor, Franz Hessel, e de mãe pintora e amante da música, Helen Grund, também escritora. Seus pais se estabeleceram em Paris, em 1924, com os dois filhos, Ulrich, o primogênito, e Stéphane. Graças ao ambiente familiar, ambos frequentavam a vanguarda parisiense, ao lado do dadaísta Marcel Duchamp e do escultor norte-americano Alexander Calder. Stéphane foi admitido na Escola Normal Superior da Rua de Ulm, em 1939, mas a guerra interrompeu seus estudos. Naturalizado francês em 1937, foi mobilizado, conheceu a “*drôle de guerre*” [guerra esquisita ou estranha] e viu o marechal Pétain entregar a soberania francesa. Em março de 1941, juntou-se à França Livre do general De Gaulle, em Londres. Trabalhou no Gabinete de Contraespionagem, de Informações e de Ação (BCRA). Em uma noite do final de março de 1944 desembarcou clandestinamente na França, com o codinome “Creco”, com a missão de entrar em contato com as diferentes redes parisienses, encontrar novos locais de transmissão de rádio para Londres e passar as informações recolhidas, tendo em vista o desembarque aliado. Em 10 de julho de 1944 foi detido pela Gestapo, depois de ter sido denunciado. “Não se persegue alguém que falou sob tortura”, escreveu em seu livro de memórias *Danse avec le siècle*, de 1997. Após interrogatórios sob tortura – a prova da banheira, notadamente, em que desestabilizou os torturadores falando-lhes em alemão, sua língua natal –, foi enviado

ao campo de Buchenwald, na Alemanha, em 8 de agosto de 1944; portanto, poucos dias antes da libertação de Paris. Às vésperas de ser enforcado, conseguiu *in extremis* trocar de identidade com um francês morto por tifo no campo. Sob novo nome, Michel Boitel, fresador de profissão, foi transferido para o campo de Rottleberode, nas proximidades de uma fábrica de trens de pouso dos bombardeiros alemães, os Junkers 52, mas, felizmente – sua eterna sorte –, foi designado para o serviço de contabilidade. Fugiu. Recapturado, foi enviado ao campo de Dora, onde eram fabricados os V-1 e V-2, foguetes com os quais os nazistas ainda esperavam ganhar a guerra. Designado para a companhia disciplinar, evadiu-se novamente, e dessa vez deu certo; as tropas aliadas se aproximavam de Dora. Finalmente, reencontrou em Paris a esposa Vítia, mãe de seus três filhos, dois meninos e uma menina.

“Essa vida restituída, era necessário engajá-la”, escreveu o antigo ativista da França Livre em suas memórias. Em 1946, aprovado no concurso de entrada para o Ministério das Relações Exteriores, Stéphane Hessel se tornou diplomata. Seu primeiro posto foi na Organização das Nações Unidas, onde, naquele ano, Henri Laugier, secretário-geral adjunto da instituição, o conduziu ao cargo de secretário de gabinete. Foi com este título que Stéphane Hessel se juntou à comissão encarregada de elaborar o que viria a ser a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Considera-se que, dos doze membros dessa comissão, seis tiveram papel preponderante: Eleanor Roosevelt, viúva do presidente Franklin Delano Roosevelt, falecido em 1945, feminista engajada, presidia a equipe; doutor Chang (da China de Chiang

Kai-shek, e não da de Mao) era o vice-presidente, tendo afirmado que a Declaração não deveria ser reflexo apenas das ideias ocidentais; Charles Habib Malik (do Líbano) era o relator, geralmente apresentado como a “força motriz” da comissão ao lado de Eleanor Roosevelt; René Cassin (França), jurista e diplomata, presidente da comissão consultiva dos Direitos Humanos junto ao Quai d’Orsay [Ministério das Relações Exteriores francês], deveu-se a criação de vários artigos, além de ter sabido compor a comissão lidando com os temores de certos Estados, entre os quais a França, de ver sua soberania colonial ameaçada pela Declaração - ele tinha uma concepção exigente e intervencionista dos direitos humanos; John Peter Humphrey (Canadá), advogado e diplomata, colaborador muito próximo de Laugier, escreveu o primeiro esboço do documento de quatrocentas páginas; e, finalmente, Stéphane Hessel (França), diplomata, chefe de gabinete de Laugier, o mais jovem de todos. Pode-se ver que o espírito da França Livre inspirou esta comissão. A *Declaração* foi adotada em 10 de dezembro de 1948 pelas Nações Unidas no Palácio Chaillot, em Paris. Com o afluxo de novos funcionários, muitos dos quais só cobiçavam um cargo bem remunerado, “isolando os marginais em busca de ideal”, segundo um comentário de Hessel em suas memórias, ele deixou as Nações Unidas. Foi designado pelo Ministério das Relações Exteriores para a representação da França em instituições internacionais, ocasião em que voltou a ter contato temporário tanto com Nova York quanto com as Nações Unidas. Na guerra da Argélia, militou em favor da independência argelina. Em 1977, com a interveniência do

secretário-geral do Élysée [Presidência da República] Claude Brossolette, filho de Pierre Brossolette, outrora chefe do BCRA, o presidente Valéry Giscard d'Estaing ofereceu-lhe o posto de embaixador nas Nações Unidas, em Genebra. Hessel não escondeu que, de todos os homens públicos do Estado francês, aquele de quem se sentiu mais próximo foi Pierre Mendès-France, que conheceu em Londres na época da França Livre e reencontrou nas Nações Unidas em 1946, em Nova York, representando a França no Conselho Econômico e Social. Sua consagração como diplomata deveu-se a “essa mudança no governo da França que foi a chegada de François Mitterrand à presidência”, ele mesmo escreveu em 1981, acrescentando: “Ela transformou um diplomata especializado na cooperação multilateral, a dois anos de sua aposentadoria, em um embaixador da França”. Stéphane Hessel aderiu ao Partido Socialista e observa: “Pergunto-me por quê. Primeira resposta: o choque do ano de 1995. Eu não imaginava que os franceses fossem imprudentes a ponto de levar Jacques Chirac à presidência”. Dispondo então de passaporte diplomático, ele foi com sua nova esposa, em 2008 e 2009, para a Faixa de Gaza e, ao retornar, deu seu testemunho sobre a dolorosa existência dos habitantes dali. “Sempre me coloquei do lado dos dissidentes”, declarou na mesma época.

É ele quem nos fala aqui, aos 93 anos.